

CPI muda o perfil do Congresso

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — A CPI da máfia do Orçamento fez mais do que desvendar um grande esquema de corrupção. A confirmação das denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos antecipou o óbito político de algumas das lideranças mais importantes do Congresso, como os deputados Ibsen Pinheiro (RS) e Genivaldo Correia (BA), do PMDB, José Luís Maia (PI), do PPR, e Ricardo Fiúza (PE) do PFL, além de atingir o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), e o líder do partido no Senado, Mauro Benevides (CE). O vazio de lideranças causado pela CPI acabou abrindo espaço para um grupo de políticos jovens, que hoje comanda as articulações políticas.

Ideologia, origens e partidos diferentes não são obstáculos para que as novas raposas do Congresso se entendam. No campo conservador, a casa mais organizada é a bancada do PFL na Câmara, sob a liderança do deputado Luiz Eduardo Magalhães (BA). Em segundo mandato, Luiz Eduardo chegou ao Congresso pela mão do pai, o governador Antônio Carlos Magalhães, mas brilha fazendo vôo solo. Seu lance mais ousado foi abrir mão da relatoria-geral do Congresso Revisor, em favor de Nelson Jobim (PMDB-RS), outra estrela do segundo mandato.

— Foi brilhante. Naquele momento Luiz Eduardo implodiu uma articulação dos contras e garantiu o início da revisão — elogia o ex-ministro Gustavo Krause (PFL-PE), que é deputado pela primeira vez.

O correspondente de Luiz Eduardo no lado esquerdo do Congresso é o deputado José Genoíno (PT-SP), o mais antigo (terceiro mandato) da nova geração de raposas. Em parceria com Paulo Delgado (PT-MG), Genoíno abre passagem para as propostas da esquerda com um estilo em tudo diverso do dogmático comando de seu partido. Miro Teixeira (PDT-RJ) e José Serra

(PSDB-SP) completam o colégio de cardeais do novo Congresso — o chamado “Sacro Colégio”, segundo definição do ex-presidente José Sarney.

— É natural que as novas lideranças apareçam e que enfrentem dificuldades. A CPI teve um efeito sobre o Congresso semelhante ao das cassações no começo do regime militar. O espaço tem de ser ocupado e não é um processo fácil — analisa o ministro-chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, que trabalha no Congresso desde 1961.

O processo é mais penoso no PMDB, dono da maior bancada. Antes da CPI, o comando da bancada tinha a cara do ex-governador Orestes Quércia. Hoje, os três deputados do PMDB com mais visibilidade são o líder Tarcísio Delgado (MG), o vice-presidente da CPI Odacir Klein (RS) e o líder do Governo na Câmara, Luís Carlos Santos (SP). São três antiquercistas à frente de uma bancada sobre a qual o ex-governador ainda exerce grande influência.

— Meu único instrumento de trabalho é a conversa. Não tenho acordos que me sustentem e tudo o que posso fazer é tentar convencer os colegas. É meu estilo — diz Tarcísio Delgado, raro caso no grupo de parlamentar que já fazia política (em Juiz de Fora) antes de 1964.

Os jovens cardeais não têm um hábito que os identifique — como a garrafa de “poire” que celebrizou a turma de Ulysses Guimarães — e preferem conversar em torno de objetivos comuns. Luiz Eduardo, Genoíno, Miro e Klein foram os principais inspiradores de uma importante decisão do relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE). Foram eles que convenceram o deputado — que também se afina com o grupo — a desistir de fazer um relatório parcial.

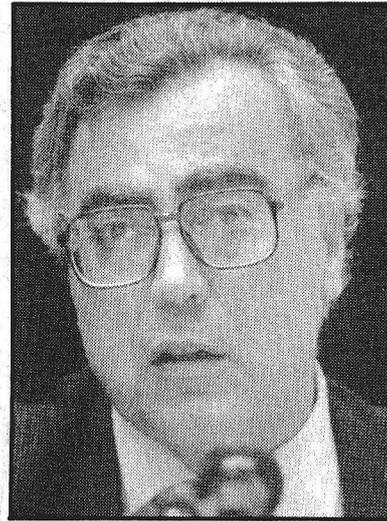
— Roberto teve a grandeza de recuar. O relatório parcial criaria uma pressão tão grande sobre a CPI que acabaria mais cedo com a apuração — lembra Genoíno.

Arquivo



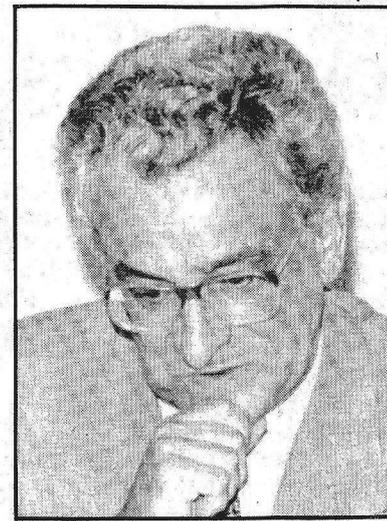
Luiz Eduardo Magalhães, líder do PFL

Arquivo



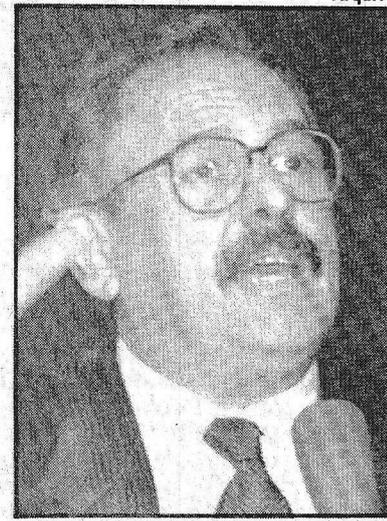
O deputado Miro Teixeira, do PDT

Arquivo



O líder do PMDB, Tarcísio Delgado

Arquivo



Nelson Jobim, relator da revisão